

Sistema e mandato em voto separado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pretende separar a votação da forma de governo da do mandato dos futuros presidentes da República, com vistas à ampliação do espaço para negociações em torno das duas questões. A separação é meramente política, sem conseqüências regimentais, pois os dois temas são tratados em diferentes artigos do anteprojeto de Carta, seja da proposta da Sistematização, ou das emendas presidencialistas.

A rigor não há necessidade de nenhuma providência regimental

para criar um intervalo entre as duas votações, bastando apenas que elas sejam realizadas em dias diferentes e, se depender do deputado Ulysses Guimarães, haverá uma separação de seis dias. A forma de governo será definida pela Constituinte quando for votado o artigo 90 do anteprojeto da Sistematização, o que poderá ocorrer na próxima semana.

O artigo 90 do projeto da Sistematização dispõe que o presidente da República é o chefe de Estado e o comandante supremo das Forças Armadas, cabendo-lhe garantir a unidade, a independência, a defesa nacional e o livre exercício das instituições democráticas. No sistema

presidencialista, o presidente da República é chefe do Executivo, portanto exerce as funções de chefe de Estado e de governo.

O mandato do presidente da República será definido com a aprovação do artigo 93 do anteprojeto da Sistematização, que fixa sua duração em cinco anos, mas naturalmente como chefe de Estado, no sistema parlamentarista. Entre os dois artigos existem, para serem votados, quatro parágrafos e dois artigos: o 91, que dispõe sobre a eleição do presidente da República, e o 92, que define as regras da sua posse e respectivo compromisso perante o Congresso Nacional. Os parágrafos

tratam das regras eleitorais para o cargo de presidente e da sua posse.

Haverá, portanto, tempo para a negociação sobre a duração do mandato depois da definição da forma de governo, o que é considerado pelo líder Fernando Henrique Cardoso como uma medida sensata. Segundo ele, o espaço de tempo entre as duas votações permitirá a polarização das posições, bem como a definição dos parlamentaristas e presidencialistas.

Negociação

Os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso negam com veemência qualquer entendimento em torno da emenda de

autoridade do deputado Osvaldo Coelho (PMDB-PE) propondo que os futuros presidentes da República sejam eleitos pelo que conceituou de "voto direto-federativo-ponderado". Mário Covas alegou desconhecimento total do assunto, enquanto Fernando Henrique Cardoso disse que a iniciativa contraria a democracia. Já o deputado Robson Marinho, vice-líder peemedebista na Constituinte, afirma que a "emenda é uma maluquice e jamais será aceita pelo Sul".

Na prática, caso seja aprovada a emenda de Osvaldo Coelho, o eleitor votará diretamente no seu candidato à Presidência da República,

que, no entanto, deve ter o maior número de votos federativos de cada Estado, igual ao dos seus representantes no Congresso. A classificação dos candidatos se dará em função do número de votos federativos obtidos.

A emenda visa a aumentar o peso relativo dos Estados do Norte e do Nordeste — menos populosos — na escolha do futuro presidente da República, mas dificilmente será aprovada, a despeito de estar subscrita por 297 parlamentares. Nestas condições, a proposta é considerada coletiva, com direito a preferência para votação, mas desde já os parlamentares do Sul reagem à sua aprovação.

Thales conversa com Ulysses hoje

CARLOS CHAGAS

Thales Ramalho irá hoje de manhã à residência do deputado Ulysses Guimarães para o primeiro diálogo formal entre eles, desde que o ex-deputado assumiu a assessoria especial do presidente José Sarney. Será uma conversa sem pauta, entre dois velhos companheiros dos tempos no antigo MDB, quando Ulysses era presidente e, Thales, secretário-geral. Fica evidente que conversarão sobre o mandato do presidente da República, o sistema de governo e outros temas. Numa preliminar, estarão de pleno acordo: a necessidade de a nova Constituição ser promulgada o mais breve possível. Não se trata de votar a toque de caixa todos os capítulos e artigos, mas de poder discutir-os plenamente e com rapidez, adotando-se as melhores decisões para o País. Porque a economia encontra-se paralisada, à espera de definições, para poder retomar o ritmo necessário ao desenvolvimento nacional.

Thales Ramalho não está, em sua missão na Presidência da República, cuidando da formação de um novo partido político, governista. Reconhece a instabilidade do quadro partidário, mas acredita que apenas depois da promulgação da nova Carta se criarão condições para mudanças. A hora atual não é para isso, senão para uma conjugação de esforços em torno da Constituinte. Em seguida, naturalmente, novos partidos surgirão.

Seu ponto de vista é pela preservação do presidencialismo. As vésperas da decisão do problema, parece-lhe difícil formular previsões, já que os números se chocam conforme provêm de grupos parlamentaristas ou presidencialistas. Registra uma tendência pela manutenção do sistema estabelecido com a República, ao qual estamos habituados há um século. Implantar agora o parlamentarismo equivaleria a uma revolução, para ele, em especial se for para tentar resolver impasses políticos. Pior ficaria se o parlamentarismo se visse aprovado por pequena margem de votos. Estaria intrinsecamente questionado. Talvez por isso, líderes como o governador Orestes Quércia e o ex-governador Leonel Brizola tenham lançado a idéia de um plebiscito. Sua conclusão é de que decisão dessa magnitude, tomada por dez ou 20 votos, precisaria obrigatoriamente passar pelo crivo popular.

Indagado sobre a conversa de hoje com Ulysses Guimarães, Thales Ramalho repete não estar levando agenda nem roteiro. E faz uma confissão: nem ele mesmo pode, por enquanto, traçar os limites de suas novas funções. Está como alguém convocado pelo presidente da República para ajudar a desfazer equívocos e impasses. Para conversar e buscar pontos de entendimento. Aliás, a respeito das relações entre Sarney e Ulysses, faz a ressalva: são sempre boas, amenas e cordiais. Os dois se entendem desde muito antes que se tivessem tornado presidente da República e presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Não se deve esperar resultados na forma de pactos, decretos e programas, quando eles conversam, até porque conversam com muita freqüência, como ainda na terça-feira.

Amigos têm indagado de Thales por que trocou uma função tranquila, até vitalícia, de ministro do Tribunal de Contas da União, por um lugar ao lado de um presidente cercado de problemas e de dificuldades. Sua resposta

sempre surge com humildade: é preciso não pensar em si mesmo, mas no País.

Fosse assim nem o antigo MDB teria sido fundado, nos idos de 1965, contra tudo e contra todos. Nesse ponto, elogia Ulysses Guimarães, injustiçado quando alegam estar trabalhando em proveito próprio. Não é assim. Conhece bem o parlamentar paulista. É óbvio ser ele um dos possíveis candidatos à sucessão presidencial, mas seu comportamento tem sido pautado pelo espírito público inequívoco que possui. Pensa no País, antes de tudo.

É evidente que, mesmo cauteloso, Thales Ramalho atua em favor dos cinco anos para o presidente José Sarney. Tem conversado com inúmeros parlamentares. Lembra sempre, em seus entendimentos, tese sustentada por Pontes de Miranda, para quem as Assembleias Nacionais Constituintes detêm todo o poder e soberania, mas precisam estar submetidas aos fatores "fáticos", ou seja, aos fatos. Assim como aos fatores éticos. O presidente José Sarney foi eleito para ficar seis anos, abriu mão de um. As mesmas regras que presidiram sua eleição, junto com Tancredo Neves, são as que proporcionaram a eleição dos atuais governadores, deputados e senadores. Não há como aceitar que a lei atual, num sentido, para uns, e para outros, diferentemente. O estatuto jurídico em vigor é a Constituição de 1967. Não vê condições políticas para a realização de eleições gerais, este ano, mesmo se a Assembleia Nacional reduzir o mandato de Sarney para quatro anos, o que caracterizaria uma violência. Nas duas décadas em que permaneceu na Câmara dos Deputados, só viu um parlamentar renunciar ao mandato. Foi Brito Velho, do Rio Grande do Sul. Fica muito difícil imaginar que deputados e senadores admitam interromper os mandatos para os quais foram eleitos. Aliás, de acordo com a mesma ordem jurídico-constitucional que elige o atual presidente da República, espera que Sarney venha a ter seu mandato fixado em cinco anos, tempo que deverá ser estabelecido para os seus sucessores.

Há, no governo, uma corrente que imagina ver repetida com o presidente José Sarney a mesma situação acontecida com o presidente Eurico Dutra, que foi eleito por seis anos mas teve seu mandato reduzido para cinco, pela Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Naquela época, não houve necessidade de artigo específico, no capítulo das disposições transitórias. Bastou o artigo 82, da seção I do Capítulo III, "Do Poder Executivo": "O presidente e o vice-presidente da República exercerão o cargo por cinco anos". O ideal para determinados ministros seria que, aprovados agora os cinco anos para todos os presidentes, não se tocasse mais no assunto, nem sequer nas disposições transitórias do projeto em exame. Há, no entanto, um senão. O atual projeto dispõe, no artigo 4º das disposições transitórias, que "o mandato do atual presidente da República terminará em 15 de março de 1989". Seria necessária emenda supressiva, apagando o texto. O que será discutido mais tarde, dada a posição de setores constituintes empenhados na tese dos quatro anos. Dando cinco para os sucessores, esses grupos insistirão em menos um para Sarney, prolongando o debate do tempo de mandato até fins de maio ou junho, quando serão discutidas as disposições transitórias. A esse respeito, é claro que Thales Ramalho começa a trabalhar, mas em silêncio.

PODER



Mais poder para o presidente.....	35%
Mais poder para o Congresso	7%
Poder igualmente dividido	45%
Não sabem.....	13%

Diretas já vencem com 62%

RIVALDO CHINEM

A tendência hoje entre a população consultada pelo Ibope é pelo parlamentarismo. Com relação ao mandato do presidente Sarney, a maioria quer "quatro anos ou menos ainda", e 62% quer diretas já e eleições gerais. A situação do País está "instável" e por isso a população "sente que a democracia não vai longe". A maioria das pessoas acha que "o País parece um navio sem capitão, perdido na tempestade".

Este é o resultado de pesquisa feita pelo Ibope entre cinco mil pessoas do campo e da cidade em todo o País, e coordenada pelo diretor de pesquisa de opinião pública e política, Orjan Olsen.

Ao invés de perguntar se o povo era simplesmente a favor ou contra o parlamentarismo, ou mais precisamente, para que ele dissesse sim ou não, como aconteceu em 1962 no País em pleno parlamentarismo, a questão lançada ao público pelo Ibope foi feita de outro modo. A pergunta foi: "Com relação ao poder do presidente da República e do Congresso Nacional (senadores e deputados federais) na tomada de decisão para resolver os problemas do País, o senhor acha que", e a resposta foi: 35% acha que o presidente tem que ter mais poder; 7% acha que os senadores e deputados é que têm de ter mais poder; 45% acha que o poder tem de ser igualmente dividido entre os dois, e 13% não sabe.

"Todos querem uma vigilância mútua, um poder controlando o outro — diz Olsen —, ou seja, a metade das pessoas ouvidas acha que o sistema deve ser baseado no esquema em que ninguém tenha poder imperial".

Quanto sabem definir o que é regime presidencialista, segundo o Ibope: 25% da população. Já 18% define o que vem a ser parlamentarismo. Os que sabem definir bem os dois sistemas: 17%. Os que não sabem definir nenhum dos dois sistemas: 74%.

"Não perguntamos qual é a preferência por um ou outro sistema — prossegue Olsen — porque não é essa a solução que o povo quer ter. A Fiesp e o governador do Estado fizeram proposta de um plebiscito, caso a Constituinte vote no parlamentarismo. Isso porque tem que ter uma campanha de esclarecimento bem ampla. Em 1962 fizeram uma consulta na base do sim e do não. Hoje não dá para se fazer como em 62, o conceito é mais complexo".

Entre os que sabem definir ambos os regimes: parlamentarismo tem 24% e presidencialismo 45%



Orjan Olsen

dos votos. Os que gostariam de ver a divisão de poderes: 25%, e os que não sabem, 6%. Ou seja, a maioria dos entrevistados acha que o poder não pode ficar concentrado nem no presidencialismo nem no parlamentarismo.

MANDATO PRESIDENCIAL

Qual deveria ser a duração do mandato do presidente José Sarney? Os que sabem ainda o Ibope, e o questionário acrescentou uma situação de modo bem didático. "Quando o presidente assumiu, por lei ele teria direito a 6 anos de mandato. Recentemente, Sarney abriu

mão de um ano de mandato, e defende hoje 5 anos. Na sua opinião, quando deveria terminar o mandato de Sarney?" Os que acham que "deveria durar até a promulgação da Constituição", 27%. Até março de 1988: 35%. Até março de 89: 11%. Até março de 1990, 6%. Até março de 1991, 11%. Não sabe: 10%. Ou seja, entre aqueles que acham que o mandato do presidente seria de 4 anos ou menos, 73%. E querem diretas já: 62%.

A tese das eleições gerais também entrou na pesquisa do Ibope. A pergunta: "Se houvesse nova eleição para presidente este ano, você gostaria de que houvesse eleição para novos cargos?". Entre os que gostariam de votar de novo para governador: 57%; senadores e deputados: 50%; para deputados estaduais, 49%; os que acham que não deveria haver eleição para nenhum desses cargos, 26%. E não sabe: 12%. Do geral, 62% gostariam de reeleger pelo menos um dos cargos citados, 38% não sabe se deveria ter eleições gerais. Portanto, eleições gerais tem o apoio da maioria.

Insegurança Geral

E o País? Como as pessoas encaram a situação política do País neste momento?, perguntou ainda o Ibope. Resposta: a situação hoje está: muito estável, 5%; razoavelmente estável, 22%; um pouco instável, 24%; muito instável, 31% e não sabe, 19%.

A democracia do País está segura? Os que acham que sim, 4%. Já os que pensam que a democracia está razoavelmente segura, 19%. Os que acham não muito segura, 28%. Muito pouco segura: 33%. Não sabe: 16%.

Olsen que tem Ph.D. em Comunicação e Política na Syracuse University, de Nova York, assegura que o povo sente a instabilidade do regime. Vive uma fase de indefinição "e não sabe para onde vai". Os consultados pelo Ibope mostraram que o governo federal não tem controle sobre a situação política do País, "porque o povo tem percepção de

que a democracia desse jeito não vai longe", observou.

Outra pergunta lançada pelos pesquisadores do Ibope nas ruas da cidade e do campo foi com relação a concentração de poder. "Este País está nas mãos de uns poucos e há pouca coisa que o cidadão possa fazer." Resposta: 72% concordaram, e 15% discordaram.

Com relação à afirmação: "O governo realmente liga para o que as pessoas pensam", a resposta foi: 60% discorda e 29% concorda. Em outras palavras, segundo Olsen, "o povo se sente desprezado pelo governo, não sabe que deve caminhar com duas mãos".

Descredo do Povo

O sentimento de abandono foi demonstrado na pesquisa feita em seguida. A questão lançada foi: "Sinto-me cada vez mais sem força diante do que está acontecendo no País". Concordam: 71%; e discordam: 18%. "O que demonstra — diz o diretor do Ibope — um sentido de desalento entre aquelas pessoas que ouvimos, um universo representativo da população brasileira hoje".

Ainda no campo da credibilidade deste governo, tema que tem sido repetido com insistência pelos meios políticos e empresariais do País, foi feita a afirmação: "O governo é o primeiro a não cumprir as leis do País". Concordaram: 62%. Discordaram da frase: 22%.

Em seguida, ainda para testar o que a população pensa a respeito da governabilidade — tema também repetido até a exaustão por parlamentares e classes sociais das mais diferentes nos últimos tempos —, o Ibope sintetizou tudo numa frase: "O País parece um navio sem capitão, perdido na tempestade". Concordaram: 71%. Discordaram: 16%.

Somando todos esses dados, Orjan Olsen conclui que mais do que sistema de governo, a preocupação da população é com a mentalidade do governo que está no poder, suas relações no exercício desse mesmo poder e as conseqüências disso tudo.

Parlamentarismo com cinco anos para Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, apesar dos desmentidos, está coordenando a aprovação, pela Constituinte, do parlamentarismo com mandato de cinco anos para Sarney. O novo sistema entraria em vigor em janeiro do próximo ano e, em novembro, haveria a sucessão presidencial. Em janeiro mesmo Sarney seria chefe de Estado, indicando o primeiro-ministro — Ulysses seria o mais cotado.

As informações sobre as atividades do presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte foram confirmadas por vários parlamentares influentes do partido. Um deles assegurou que Ulysses Guimarães deu conhecimento a Sarney, no café da manhã de anteontem, que na sua avaliação deve ser aprovado o parlamentarismo e, assim, seria conveniente assegurar eleições em 89.

Apesar da euforia dos presidencialistas e de ministros de Estado, os principais coordenadores do parlamentarismo continuam confiantes. Segundo eles, a melhor tática é a de não provocar, agora, o debate sobre a duração do mandato do atual presidente. Achem que a prioridade é para a votação do sistema de governo, neste final de semana ou a partir de terça-feira.

Se aprovado o parlamentarismo, como acreditam, haveria melhores condições de se aprovar o mandato de cinco anos, "solução que não provocaria crise no governo", segundo um deles.

Ainda ontem, líderes como Fer-

nando Henrique Cardoso, José Richa e Pimenta da Veiga observaram que não pretendem, neste momento, discutir quatro ou cinco anos. "Vamos lutar pelo parlamentarismo. Se aprovado, tudo bem. Não é importante um não a mais ou a menos ao atual presidente. Importante é alterar o sistema", disse Fernando Henrique, após um longo e reservado encontro com Ulysses Guimarães.

A tese do parlamentarismo com eleições presidenciais em 1989 é a mesma que vem sendo defendida pelo ministro Luiz Henrique da Silveira, da Ciência e Tecnologia, pelo líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro e seu vice-líder Ubiratan Aguiar, todos muito ligados a Ulysses.

Ontem o deputado mineiro José Geraldo, um dos líderes do Centrão e dos mais ligados ao governador Newton Cardoso, de Minas, comunicou ao ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, que passou de presidencialista a parlamentarista, continuando a favor do mandato de cinco anos para Sarney. José Geraldo deu a informação, também, ao senador Albano Franco (PMDB-SE), que o cumprimentou pela decisão. Albano Franco e José Geraldo fizeram parte do grupo de mais de 20 parlamentares que se reuniram, ontem à noite, com Ulysses Guimarães, na residência oficial do presidente da Constituinte.

Diversos parlamentares, do PFL e do PMDB, confirmaram que o Planalto montou um "esquema" para pressionar os indecisos a votarem pelos cinco anos com presidencialismo.

Líderes empresariais recomendam plebiscito

A reunião do Fórum Informal, que reúne os líderes empresariais de maior peso em São Paulo, terminou ontem de madrugada com uma nota reconhecendo não ser hora de eleições, sem que a Constituinte tenha terminado seus trabalhos, e sugerindo plebiscito em caso de aprovação do parlamentarismo. Dos oito membros do Fórum, houve apenas um voto contrário, o do presidente da Bolsa de Valores, Eduardo da Rocha Azevedo, que quer eleições gerais este ano e parlamentarismo.

Na segunda-feira pela manhã, o Fórum Informal se reuniu na sede da Fiesp. Mas, como havia uma solenidade de assinatura de convênio para a construção de casas populares com o governo, decidiu-se adiar o encontro. O ministro Prisco Viana, da Habitação, convidado a participar do Fórum Informal, desenhava um quadro bastante sombrio para os empresários, e concluiu afirmando que a solução era mandato de cinco anos para o presidente Sarney e presidencialismo.

Essa espécie de "central sindical dos empresários" voltou a se reunir a partir das 21 horas de terça-feira na residência do presidente da Associação Comercial, Romeu Trussardi, em Pinheiros. "Pensamos no que é o melhor para o Brasil — disse Trussardi —, e, como precisamos de um mínimo de tranquilidade, achamos que não era a hora de se fazer eleições agora, mas só depois de concluída a nova Carta."

Líder de uma entidade que tem 200 mil associados e que estende sua ação sobre 435 municípios e 210 sindicatos rurais, Fábio Meirelles sugeriu que também se transferisse para 89 as eleições municipais. A proposta, segundo ele, foi aceita por todos, inclusive por Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio, que tem pretensões de se candidatar a prefeito de São Paulo.

"Tive uma informação de que o parlamentarismo está consagrado por margem de 40 votos, e que os quatro anos ganham por dez votos no máximo", disse Fábio Meirelles ontem à tarde em seu gabinete. Mais ainda: "Soube pela minha fonte, absolutamente segura, que os presidencialistas votam pelos quatro anos se o parlamentarismo passar, e é isso que vai acontecer".

A Fiesp emitiu a nota assinada pelos oito membros do Fórum Informal para todas as redações. Acontece que o presidente da Bolsa de Valores, Eduardo da Rocha Azevedo, discorda, e aproveitou para também emitir nota através de telex para os jornais, protestando contra a inclusão de seu nome. Reiterou sua posição favorável a eleições diretas e gerais este ano, "para que o governo possa recuperar a credibilidade e atacar frontalmente os principais problemas econômicos do País, entre os quais a inflação e o elevado déficit público, responsável pela drenagem da poupança que poderia estar financiando investimentos produtivos".

Falta adaptar o capítulo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Surgiu um novo problema para aumentar o impasse entre parlamentaristas e presidencialistas. A questão é como adaptar o capítulo das atribuições do Poder Legislativo, redigido para funcionar no sistema parlamentar, caso o presidencialismo venha a ser aprovado. O grupo parlamentarista garante que haverá dificuldades, enquanto os presidencialistas asseguram que tudo não passa de manobra.

Os presidencialistas acham que a

adaptação será feita pela apresentação de emendas na votação final, suprimindo todas as referências ao primeiro-ministro e às atribuições do Legislativo características do parlamentarismo. O deputado Konder Reis (PDS-SC), relator-adjunto da Constituinte, admite que a questão é polêmica.

Mas, pelo que dispõe o regimento interno, acredita que, além das emendas supressivas, será necessária a apresentação de outras emendas para sanar omissões, erros e contradições. O regimento também prevê as três hipóteses.